

CELIDÔNIO FILHO, JOAQUIM

*rev. 1930; rev. 1932.

Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Filho nasceu em 1901, filho do desembargador Joaquim Celidônio Gomes dos Reis e de Maria Anamérica Pinto Celidônio.

Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1918, iniciando nela suas atividades políticas na oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP) então dominante nos planos estadual e nacional. Combateu também a sociedade secreta Bucha (nome derivado de *Burschenschaft*, corporação de estudantes alemã), organização estudantil muito atuante em sua escola e que desempenhou importante papel na política paulista nesse período. Em 1922, um ano antes de se bacharelar, adquiriu em Garça (SP) sua primeira fazenda.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E A CRISE PAULISTA

Em 1926, foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD) de São Paulo, que aglutinava a oposição liberal ao situacionismo perrepista. Integrou a ala mais radical dessa agremiação, mantendo contato com jovens oficiais que procuravam articular um movimento armado contra o governo federal. Em 1929, o PD aderiu à Aliança Liberal, coligação partidária que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República nas eleições de março do ano seguinte.

A vitória do situacionista Júlio Prestes nesse pleito levou entretanto à intensificação dos preparativos para a revolta, cabendo a Joaquim Celidônio e Elias Machado, por determinação de Djalma Dutra, ativar, com vistas à ação militar, o esquema que havia sido montado em São Paulo por Siqueira Campos, líder tenentista falecido acidentalmente em maio de 1930. Ambos distribuíram então aos revolucionários paulistas granadas de mão fabricadas por Josias Carneiro Leão.

O levante havia sido marcado para o dia 26 de agosto de 1930. Dez dias antes, o PD definiu suas últimas diretrizes, designando Joaquim Celidônio e Elias Machado para agirem no noroeste de São Paulo assim que a coluna revolucionária procedente de Mato Grosso se aproximasse dessa região. A eclosão da revolta, entretanto, foi adiada para 3 de outubro. Depois de 21 dias de luta em vários estados, a revolução foi vitoriosa.

Derrubado Washington Luís, assumiu o poder um governo provisório chefiado por Vargas. Na nova situação criada, o PD esperava que o governo de São Paulo fosse entregue a

Francisco Morato, presidente do partido, o que não ocorreu em virtude da oposição das correntes tenentistas lideradas por Miguel Costa e João Alberto Lins de Barros, chefes militares revolucionários de grande prestígio. Depois de um rápido governo exercido pelo general Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª Região Militar, o próprio Getúlio Vargas reorganizou o governo paulista com João Alberto no cargo de delegado militar da revolução no estado.

Vicente Rao, membro do PD, foi nomeado para a chefia da Polícia, o que acarretou a indicação de seus correligionários para importantes postos no setor. Joaquim Celidônio ocupou o comando de uma delegacia e, em 6 de novembro, foi nomeado para a Comissão Central de Sindicâncias encarregada de coordenar o trabalho das dez juntas que João Alberto formara para promover investigações sobre o governo anterior à revolução. Nessa comissão, de curta existência, estiveram também Paulo Nogueira Filho, Elias Machado e os majores Mário Barbosa de Oliveira e Heitor Lobato.

No dia 12 de novembro, João Alberto, Miguel Costa e João Mendonça Lima fundaram a Legião Revolucionária, organização independente dos partidos tradicionais destinada a apoiar o poder revolucionário no estado. Joaquim Celidônio foi um dos dirigentes do PD chamados para integrar a direção provisória da nova agremiação, o que não chegou a se concretizar.

Em 24 de novembro João Alberto foi designado por Vargas interventor em São Paulo, contra a vontade do PD, tomando posse no dia seguinte. Apesar das desconfianças recíprocas, foi tentada uma colaboração entre as partes, com a designação de diversos membros do PD para cargos na administração estadual. No dia 26, Joaquim Celidônio foi nomeado delegado de ordem política e social.

Entretanto, as relações entre o interventor e o PD logo se deterioraram com denúncias de perseguições promovidas por Miguel Costa, comandante da Força Pública e chefe da Legião Revolucionária, contra membros do partido. João Alberto era acusado de estimulá-las e de adotar uma política que marginalizava “ilustres paulistas” em favor de elementos de fora. O conflito radicalizou-se, e em 6 de abril de 1931 o PD lançou um manifesto rompendo com o interventor e pedindo que todos os seus membros se demitissem dos cargos que ocupavam na administração estadual. Nesse momento, Joaquim Celidônio foi um dos líderes do PD que estabeleceram contatos com oficiais da Força Pública a fim de

promover um levante para liquidar o poder de Miguel Costa. Deflagrado no dia 28 de abril, o motim foi rapidamente sufocado.

O PD continuou a luta pela demissão de João Alberto e alcançou esse objetivo em 24 de julho de 1931. Nessa data, Laudo Ferreira de Camargo foi nomeado interventor, sem que a pacificação de São Paulo fosse obtida, já que persistia o controle dos negócios estaduais pelo governo federal. Em 13 de janeiro de 1932, o PD lançou um manifesto de rompimento com o governo de Vargas, conclamando a população à luta pela constitucionalização do país e pela devolução aos estados do direito de escolherem seus próprios governantes. Joaquim Celidônio foi um dos signatários desse documento e um importante articulador da aproximação entre o PD e o PRP, que, identificados na luta comum pela autonomia estadual, formaram em 16 de fevereiro a Frente Única Paulista (FUP), com significativo apoio popular. Celidônio foi um dos que assinaram o manifesto de formação da FUP.

Estavam criadas as condições para um confronto mais decisivo com o governo federal. Em maio de 1932, grandes manifestações populares de hostilidade à presença do ministro da Fazenda Osvaldo Aranha em São Paulo evidenciaram o estado de espírito da população, e a partir de então foram tomadas medidas com vistas a um levante.

A REVOLUÇÃO DE 1932

Joaquim Celidônio teve participação ativa na conspiração, integrando o MMDC, organização que desempenhou importante papel na preparação da revolta, e articulando no Sul o apoio da Frente Única Rio-Grandense à causa paulista. Não houve objeções dos gaúchos quanto à definição do comando das forças rebeldes, que ficaria com o general Bertoldo Klinger (então comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso), mas Celidônio trouxe para a avaliação dos paulistas uma carta em que Raul Pilla pedia um adiamento de 15 dias para a eclosão da revolta devido às dificuldades oriundas do posicionamento do interventor José Antônio Flores da Cunha, que decidiu não apoiar o movimento.

Na noite de 7 de julho, líderes da conspiração reuniram-se na casa de Cesário Coimbra e decidiram que a revolta eclodiria depois do dia 15, cabendo ao general Isidoro Dias Lopes definir a data precisa com 48 horas de antecedência. Além do general também estavam presentes, entre outros, Francisco Morato, Ataliba Leonel, Sílvio de Campos, o coronel

Júlio Marcondes Salgado, comandante da Força Pública, e o tenente Adacto de Melo (representante do general Klinger), que ouviram o relato de Joaquim Celidônio sobre sua missão no Sul. Diante do que foi exposto, determinaram que, em caso extremo e a critério do comando geral, poderia ocorrer uma antecipação ou atraso de no máximo três ou quatro dias na deflagração do movimento. Do recurso à revolução não havia recuo possível.

Entretanto, a reforma administrativa do general Klinger determinada no dia 8 pelo ministro da Guerra, general Augusto Espírito Santo Cardoso, levou à realização de outra reunião, onde um grupo de oficiais, depois de reexaminar a situação, decidiu desencadear a revolta no dia seguinte, a fim de garantir a participação do valioso contingente mato-grossense, mesmo com prejuízo da contribuição gaúcha.

No dia 9 de julho o movimento foi assim deflagrado. Coube a Joaquim Celidônio requisitar um caminhão da prefeitura da capital, obter do coronel Marcondes Salgado ordem de retirada de armamento, distribuí-lo a elementos concentrados na Faculdade de Direito e, com eles, ocupar a Companhia Telefônica e as três estações de rádio existentes na cidade. Atuou depois no importante setor do Túnel, que compreendia todo o vale do Paraíba até a fronteira do Rio de Janeiro. Como era fazendeiro na serra da Bocaina, dominava muito bem toda a região, fazendo a ligação das tropas rebeldes através de trilhas pouco conhecidas da serra do Mar. Na garganta próxima ao pico da Boa Vista, montou um posto de combate aos aviões inimigos que passavam por ali. Durante a luta comandou um pelotão que percorreu Areias, Cunha e São José do Barreiro, sempre no estado de São Paulo.

As forças constitucionalistas foram derrotadas em outubro de 1932 mas, no ano seguinte, o governo convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Joaquim Celidônio foi então um dos articuladores da fusão do PD, da Ação Nacional Republicana (dissidência do PRP) e da Federação de Voluntários, dando origem, em fevereiro de 1934, ao Partido Constitucionalista. Nessa legenda, Celidônio elegeu-se deputado no pleito de outubro de 1934 para a Assembleia Constituinte do estado de São Paulo.

Opositor decidido do Estado Novo (instaurado em 10 de novembro de 1937), Joaquim Celidônio participou de conspirações em São Paulo para derrubá-lo. Com a deterioração do Estado Novo em 1945, foi um dos organizadores da União Democrática Nacional (UDN) em São Paulo, diretamente ligado ao chefe estadual do partido, Valdemar Ferreira. Foi membro da diretoria, secretário-geral, tesoureiro e vice-presidente da seção paulista da

UDN, sem que se tenha candidatado a qualquer cargo eletivo nesse período. Desligou-se da UDN quando ela apoiou a candidatura de Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960. Segundo seu filho Pedro Celidônio dos Reis Neto, foi sempre fiel às posições liberais e por essa razão não apoiou o regime instaurado após 1964, que feria esses princípios. “Ele sempre falava a favor do estado de direito, da extinção do Ato Institucional nº 5, da volta do *habeas-corpus*, ou seja, de todas as conquistas liberais.”

Joaquim Celidônio foi também um grande fazendeiro com propriedades em Maringá, Nova Esperança e Nandaguaçu (PR), chegando a possuir cerca de um milhão de pés de café só nessas áreas. Em 1965 comprou terras em Conceição do Araguaia (PA) e em 1974, com 73 anos, investiu em uma grande área na Amazônia.

Morreu em São Paulo no dia 22 de novembro de 1977.

Foi casado com Alcina Ribeiro Celidônio.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: *Estado de S. Paulo* (24/11/1977); JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal da Tarde* (24/11/1977); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*.